

ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS NA EDUCAÇÃO

MARKETING STRATEGIES IN EDUCATION

ESTRATEGIAS MERCADOLÓGICAS EN LA EDUCACIÓN

Sandra Cristina Vanzuita da Silva¹

Valéria Silva Ferreira²

Leticia Veiga Casanova³

Resumo: Ao longo dos últimos dez anos, as políticas públicas educacionais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento têm privilegiado um modelo de privatização, por meio de parcerias público-privadas. Nesse sentido, este artigo apresenta as reflexões de duas teses de Doutorado que utilizaram pesquisas documentais em *sites* oficiais brasileiros, *sites* de instituições, entre outros, na perspectiva de revelar a rede de relações e conexões entre estado, sociedade civil e organizações multilaterais que buscam empregar a lógica do mercado na educação. Essas duas pesquisas apontam que a utilização de estratégias mercadológicas de *marketing*, foco deste artigo, tem tornado a educação um produto atraente e lucrativo. Essas estratégias são utilizadas tanto para atrair um determinado perfil de público para formação de professores, quanto para o convencimento das famílias no gerenciamento da *performance* de seus filhos. Ball e Foucault são as principais bases teóricas dessas pesquisas.

Palavras-chave: Formação de professores. Família e escola. *Marketização*.

Abstract: Over the last ten years, education public policies in developed and developing countries have favored a privatization model through public-private partnerships. In this sense, this paper presents reflections of two theses that used documentary research on official Brazilian websites, institutional websites, among others, with a view to reveal the network of relations and connections between state, civil society and multilateral organizations that seek to use logic market in education. These two researches point out that the use of marketing strategies, focus of this paper, has made education an attractive and profitable product. These strategies are used both to attract a particular public profile for teacher education and to convince families to manage their children's performance. Ball and Foucault are the main theoretical bases of these researches.

Keywords: Teacher education. Family and school. Marketization.

Resumen: Durante los últimos diez años las políticas educativas de los países desarrollados y en desarrollo han privilegiado un modelo de privatización a través de asociaciones público-privadas. En este sentido, el presente artículo presenta las reflexiones de dos tesis que utilizaron investigaciones documentales en sitios oficiales brasileños, sitios de instituciones, entre otros, en la perspectiva de revelar la red de relaciones y conexiones entre estado, sociedad civil y organizaciones multilaterales que buscan emplear la lógica del mercado en la educación. Estas dos investigaciones apuntan que la utilización de estrategias mercadológicas de marketing, el enfoque de este artículo, ha hecho de la educación un producto atractivo y rentable. Estas estrategias se utilizan tanto para atraer a un determinado perfil de público interesado en la formación del profesorado como para el convencimiento de las familias en la gestión del rendimiento de sus hijos. Ball y Foucault son las principales bases teóricas de esas investigaciones.

Palabras claves: Formación de profesores, familia y escuela, mercantilización.

¹ Professora da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, Santa Catarina, Brasil. sandras@univali.br

² Professora da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, Santa Catarina, Brasil. v.ferreira@univali.br

³ Professor da Educação Básica. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, Santa Catarina, Brasil. leticiacasanova@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos dez anos, as políticas públicas educacionais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento têm privilegiado um modelo velado de privatização, por meio das parcerias público-privadas (CARVALHO, 2015). Para Saviani (2007), esses dispositivos legais são criados principalmente com o objetivo de amenizar os desastrosos efeitos sociais causados pelas políticas econômicas que, segundo o autor, mais favorecem os interesses privados do que melhoraram a condição de vida das populações menos favorecidas.

Pesquisas produzidas no Brasil (HADDAD; GRACIANO, 2004; OLIVEIRA, 2009; ADRIÃO *et al.*, 2009; SAMPAIO, 2010 2011a, 2011b; PERONI, 2013; CARVALHO, 2015; MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015) e em outros países (DALE; ROBERTSON, 2011; ROBERTSON; DALE, 2015; BALL, 2007, 2013a, 2014; VERGE, 2011; KLEES; EDWARS JR., 2015), apontam que esses modelos podem ser desde o fornecimento de materiais, ou os chamados *kits* pedagógicos, até a oferta de vagas para os diferentes níveis de ensino. Contudo, muito mais do que uma constatação, as referidas pesquisas alertam para uma questão importante: esse é um movimento camuflado com palavras de ordem neoliberal como inovação, reforma e modernização dos sistemas públicos.

Apple (2013) e Ball (2010) fazem-nos refletir sobre como as políticas, as reformas e as inovações são racionalizadas e utilizadas para reorganizar o Estado e trazer as normas do privado para o público com agilidade e eficiência. Ball (2010) afirma que a expansão rápida do setor privado sobre a educação pública não atinge a área educacional apenas no sentido de prestação de serviço, mas também de influência de definição de currículo, propostas metodológicas e formação dos profissionais da educação. O autor chama metaforicamente essa situação de “currículo neoliberal da reforma do setor público” (BALL, 2010, p. 21).

Dante dessa realidade, este trabalho pretende apresentar o resultado de duas pesquisas de Doutorado que buscaram compreender as relações de negócio e lucro na educação, por meio de estratégias de “*marketização*” e produção de “subjetividades” (BALL, 2010).

A coleta e a análise dos dados foram produzidas a partir dos documentos oficiais do

governo, das instituições pesquisadas, *sites* das instituições privadas e das redes de consultoria. Segundo Ball (2013a), a *internet* oferece um vasto potencial de materiais relevantes, que podem ser obtidos em *websites* governamentais e de empresas, assim como em *blogs*, serviços de vídeo, relatórios de reuniões, postados em páginas da *web*. Ao corroborar a perspectiva de Ball (2013a), Shiroma (2014) propõe que a *internet* pode revelar a rede de relações e as conexões entre estado, sociedade civil e organizações multilaterais, conectados cada vez mais pelos diferentes interesses econômicos e sociais. Contudo, Ball (2014) alerta-nos que muitos dados utilizados na atualidade tornam-se parciais, superficiais, pois são muito sensíveis ao tempo, e os processos de mudanças em políticas movimentam-se muito rapidamente, sofrendo mutações que geram variações - o que pode permitir outros dados e novas análises.

Este texto, com base em duas teses de Doutorado, (SILVA, 2015; CASANOVA, 2017), problematiza, em primeiro lugar, a formação inicial de Pedagogos e apresenta como as instituições privadas organizam dispositivos e criam pequenas artimanhas (FOUCAULT, 1999) traduzidas em propagandas e formas de atrair clientes para formação de Pedagogos. Importante destacar que há pessoas disseminando um formato empresarial para a formação de Pedagogos. Desse modo, estão adaptando formas que vão se incorporando a currículos pensados para atender a um perfil de estudantes, gerar um modelo que atenda ao mercado, suprir a demanda de falta de professores e, acima de tudo, o desejo de acesso ao Ensino Superior.

Na sua continuidade, o texto traz reflexões acerca das relações escolas e famílias e como as ideias do que é a participação da família na escola vai se constituindo na interação dos vários atores que definem como devem ser os vínculos entre escolas e pais. Essas novas formas de ideias e discursos fabricam os sujeitos, e essa sujeição, que valoriza as relações mais próximas entre escolas e famílias, vem ganhando destaque na contemporaneidade. Como definem Resende e Silva (2016), as relações escolas e famílias constituem um tema com importância e visibilidade crescentes na sociedade atual, “[...] conquistando espaços nos meios de comunicação, nas políticas públicas, nos projetos pedagógicos das escolas, na pesquisa científica sobre educação” (RESENDE; SILVA, 2016, p. 30).

Por fim, buscamos, neste texto, refletir diante das realidades apresentadas nas duas pesquisas, sobre como o poder pode se estabelecer em espaços menores, em relações mais estritas, bem como atuar em um campo mais amplo, sobre a população, o que Foucault (2010, 2014) entende como biopolítica, uma grande estratégia de poder. Um poder que vem do Estado que hoje se coloca no lugar de regulador, carregando consigo um conjunto de procedimentos que tem como intuito dirigir a conduta dos homens, cuidar da vida da população e criar subjetividades que atendam aos interesses de determinados grupos e grandes corporações.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MERCADO, CONSUMO E LUCRO

A formação inicial de Pedagogos no Brasil tem sido desenvolvida prioritariamente por instituições privadas em uma perspectiva mercantilista. Segundo dados do Censo do Ensino Superior (BRASIL, 2018), 80% dos estudantes do curso de Pedagogia estão matriculados em instituições privadas. Assim, torna-se importante entender até que ponto formar Pedagogos sob uma perspectiva privatista contribui para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social (MAINARDES, 2007).

Vaillant (2006) destaca algumas inquietações no que diz respeito à formação inicial de Pedagogos como a heterogeneidade e a diversidade das instituições formativas. Segundo Vaillant (2006), os docentes formam-se em escolas normais superiores, institutos superiores de educação, instituições provinciais ou municipais, institutos superiores de ensino técnico, universidades, faculdades. A proliferação e a dispersão das instituições é fato em muitos países da América Latina, o que atenta contra a sua qualidade. Segundo a autora, muitas não têm equipamento adequado como laboratórios e bibliotecas para manter uma formação de qualidade.

Nos dados apresentados pelo Censo do Ensino Superior publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2018), em 2015, é possível observar que o curso de Pedagogia apresenta índices altos de procura e, por isso, tem se tornado, para as instituições privadas, um produto bastante atraente. Ball (2007) tem corroborado essas reflexões quando afirma que a privatização

da educação pública tem sua origem no enfraquecimento do Estado e no livre mercado aplicado aos serviços públicos. Segundo o autor, essas regras foram colocadas em prática durante os anos de 1980 e início dos anos de 1990.

Ball (2010) ajuda-nos a entender esse panorama destacando um conceito de currículo neoliberal. O autor destaca que o referido conceito pode ser discutido sob três perspectivas. A primeira, o currículo neoliberal da reforma do setor, no caso da formação de Pedagogos, envolve a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que modificou as exigências para a atuação profissional dos professores, além de ampliar as possibilidades de oferta a outras composições de Instituições de Ensino Superior (IES), dando possibilidade às empresas privadas promoverem a formação de Pedagogos. A segunda, o neoliberalismo dentro do currículo diz respeito a empresas privadas no comando da formação de Pedagogos, respondendo à demanda criada pelas redes de ensino, em atendimento à exigência da formação de todos os Pedagogos no prazo máximo de dez anos. Assim, a sociedade vai consumindo conhecimento via discursos da performatividade, qualidade total, empreendedorismo e empregabilidade, disseminando, naturalizando e difundindo uma ontologia neoliberal. A terceira perspectiva: o currículo como uma oportunidade de lucro – os cursos de Pedagogia tratados como produto, que geram lucro, pois são de fácil execução, baratos, podem ser ofertados a distância o que possibilita atender a um grande número de estudantes, com pouco investimento em infraestrutura, laboratórios e materiais.

Brejo (2012) salienta que a aceleração das políticas de formação de professores para a Educação Básica da década de 1990 até os anos de 2000 foi influenciada pela economia globalizada, um tempo de muitas transformações para o cenário educacional brasileiro, principalmente no âmbito das políticas públicas que impuseram a entrada dos mercados internacionais com o capital estrangeiro.

Burbules e Torres (2004) consideram que, nesse período, o aparecimento de instituições supranacionais moldou e limitou as opções de políticas para qualquer Estado específico. Tais ações traduziram-se, também, em um impacto avassalador dos processos econômicos globais incluindo: consumo, comércio e fluxo de capital.

Significou, ainda, a ascensão do neoliberalismo como discurso hegemônico e, por fim, pode representar o surgimento de novas formas culturais, de meios tecnológicos de comunicação global que moldam as relações de identidade e de interação dentro e por meio dos cenários culturais locais. Para Ball (2010, p. 24): “Na prática o currículo neoliberal da reforma consiste em um conjunto de tecnologias morais que operam sobre, dentro e através das instituições e profissionais que atuam no setor público”. Nesse sentido, formar Pedagogos com empresas privadas passa a ser a solução para os problemas relativos não só à falta de professores, mas também às instituições privadas, as quais podem oferecer cursos a distância que demandam pouco espaço físico com uma abrangência maior.

Nossa sociedade é de consumo, assim já afirmava Bauman (1999). Na contemporaneidade, segundo o autor, todo mundo pode ser lançado na moda do consumo; pode desejar ser um consumidor e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Contudo, Bauman adverte: nem todo mundo pode ser um consumidor - para tornar o desejo de consumo realmente desejável e, assim, extrair prazer do desejo, deve-se ter uma esperança racional de chegar mais perto do objeto desejado. Desse modo, “[...] essa esperança, racionalmente alimentada por alguns, é fútil para muitos outros. Todos nós estamos condenados à vida de opções, mas nem todos temos os meios de ser optantes” (BAUMAN, 1999, p. 94).

No entanto, o consumo não se traduz apenas naquilo que é material - somos consumidores também de conhecimento. Ter o Ensino Superior significa também uma possibilidade de ascensão social. Contudo, quais cursos podem ser baratos e acessíveis à camada da população que não tem oportunidade tanto financeira quanto intelectual?

Para Apple (2002), é preciso entender que há novo bloco de poder, que tem criado uma série de estratégias para alavancar mercados e torná-los mais atrativos financeiramente. Uma dessas estratégias dá-se por meio do discurso produzido pelas mídias e por organizações multilaterais que organizam dados com relação à educação que servem tanto para a produção de políticas frágeis quanto para a criação de novos mercados e produtos. Na divulgação dos dados, um grande número de matérias jornalísticas, reportagens em redes de televisão que difundem e vendem o setor

educacional como um mercado em crescimento evidencia a *marketização* da educação (BALL, 2010).

Assim, a Educação torna-se um negócio lucrativo e um capital que pode gerar lucro, por isso o investimento de grandes corporações no meio educacional. Um dos negócios lucrativos é a oferta do Ensino Superior e, consequentemente, dentro desse ensino, está alocada a formação inicial de Pedagogos. De acordo com a CM Consultoria (2013), há, no mercado, quatro modelos de negócios que prevalecerão no Ensino Superior brasileiro de acordo com a classificação do banco JP Morgan, a saber: centro de excelência, centro de qualidade, centro de qualidade com preço e centro de serviços, tendo o preço baixo como diferencial. A Figura 1 demonstra essa afirmação:

Figura 1 - Propaganda do valor dos cursos de Pedagogia a distância



Fonte: Uniasselvi (2015, n.p.).

Para a CM, cada um dos modelos apresenta características específicas em relação

[...] ao foco e posicionamento, aos serviços ofertados, ao modelo de gestão, ao processo de ensino-aprendizagem, à oferta e percepção de valor, aos mecanismos de atendimento, utilização de tecnologia educacional, preço, margem praticada, indicadores do MEC e desenvolvimento do marketing institucional. (CM CONSULTORIA, 2013, n.p.).

Assim, temos como definição, considerando o conceito da CM Consultoria, o centro de excelência, que é caracterizado pela formação profissional de seus egressos com alto padrão; o centro de qualidade, que se designa pelo destaque do egresso no mercado de trabalho, as IES que se evidenciam como opção de qualidade com preço, definem-se pela formação profissional de seus egressos para funções intermediárias e

atuação em mercado regional. E, por fim, as IES que são a opção de preço.

Paixão (2010) assinala uma preocupação ao questionar: Estariam os investidores de grandes grupos financeiros preocupados com os objetivos constitucionais, principalmente a qualidade, ou, simplesmente, em auferir mercadologicamente lucro rápido com a expansão promissora do Ensino Superior?

As Figuras 2, 3 e 4 a seguir demonstram que essas empresas utilizam-se do *marketing* para atrair um perfil de estudante, garantindo credibilidade por meio das facilidades de financiamento asseguradas pelas políticas públicas e a imagem de atores famosos que agregam valor à instituição.

Figura 2 - Propaganda da Anhanguera sobre o FIES



Fonte: Anhanguera (2015, n. p.).

Figura 3 - Propaganda da UNOPAR sobre o FIES



Fonte: Unopar (2013, n. p.).

Figura 4 - Propaganda da UNIASSELVI sobre o FIES



Fonte: Uniasselvi (2013, n.p.).

Ball (2010) sugere que:

Através do mercado e do emprego das tecnologias de desempenho e liderança, o Estado age como um ‘agente mercantilizador’ transformando a educação em uma mercadoria e em partes contratáveis, ou seja, ‘recalibrando as instituições’ para torná-las homólogas a empresas e criando dentro do setor público as condições econômicas e extraeconômicas necessárias para as operações do setor privado. (BALL, 2010, p. 30, grifos do autor).

Se é do Estado o poder de autorização e regulação dessas instituições privadas, o que podemos esperar? É notório o fato de que as Leis e as políticas públicas brasileiras são fracas e deixam dupla a interpretação. Agora, o que devemos nos perguntar: É proposital? Ball (2013a) afirma que essas novas formas, na linguagem política, constituem-se como redes de relacionamentos estáveis e contínuos que mobilizam recursos e energias em ações conjuntas promovendo uma governança em rede.

O autor ainda considera que, mesmo com políticas que apresentam fissuras, muitas vezes imperceptíveis, o Estado ainda exerce, por meio de uma manipulação estudada, as condições e as possibilidades que essas redes utilizam para operar e utilizam cuidadosamente o controle financeiro para controlar essas empresas, visto que muitas delas têm no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) seu principal capital. É preciso entender, como afirma Ball (2013a), que essas relações são complexas. Isso significa dizer que não é só o Estado que fica condicionado a essas instituições, mas são elas que também se condicionam às políticas, o que acaba gerando arenas e jogos de poder muito bem estabelecidos por ambas as partes. O autor alerta, também, que a burocacia continua a ser atividade do Estado, que não hesita em regular ou intervir quando seus interesses e seus objetivos não são atendidos.

Assim, podemos afirmar que as políticas para o incentivo da formação inicial de Pedagogos no Brasil são elaboradas por meio de relacionamentos integrados, com uma multiplicidade de locais e de ligações tão complexas que não conseguiremos encontrar o final do novelo. É como se tentássemos desmanchar um emaranhado de lã e nunca encontrássemos o início, ou seja, como tudo

começou? Quem deu o primeiro passo? E, principalmente, como tudo isso irá terminar? Assim sendo, no contexto atual da formação inicial de Pedagogos, devemos perguntar-nos: Até que ponto as políticas contribuem para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social? Que futuro teremos para a Educação?

Talvez, como afirma Ball (2010), estejamos deixando para trás, há muito tempo, um Pedagogo autêntico, comprometido com um projeto de educação social - se algum dia o tivemos. O que podemos esperar desse tipo de formação que até agora observamos, a partir dos dados apresentados, é uma formação superficial, flexível e solitária, um profissional desprovido de sociabilidade, e, acima de tudo, de senso de responsabilidade consigo e com a coletividade. Por conseguinte, o Pedagogo é destituído de uma identidade coletiva e torna-se alvo fácil de um mercado paralelo de assessoria pedagógica.

Em um sentido mais macro dessa realidade, as subjetividades das novas gerações vão sendo controladas e marcadas por uma lógica mercadológica, desenvolvida nessas instituições privadas. Os reflexos reverberam nas escolas de Educação Básica, nos mais diversos âmbitos, desde currículo, metodologia, formação continuada, até a participação dos pais na escola, tema abordado na sequência.

GERENCIAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA ESCOLA: PRODUTIVIDADE, EFICIÊNCIA E PERFORMANCE

Como já citamos anteriormente, observamos que a educação é tratada como mercadoria e administrada a partir das normas do mercado, na qual a qualidade é simplificada e medida pela eficiência e pela produtividade a partir dos resultados das *performances* dos sujeitos. A gestão da escola baseia-se no monitoramento e no gerenciamento dessas *performances* e a escola torna-se um local para concentrar os sujeitos nas metas e na elevação dos níveis do sistema. As famílias são clientes usuárias de um serviço e, para tanto, devem fiscalizar o que está sendo feito. Dessa maneira, as relações entre famílias e escolas tornam-se hegemônicas (ABRUCIO, 1997; BALL, 2006, 2014; PERONI, 2012, 2015).

É importante compreendermos o papel do Estado e suas modificações, pois elas nos fazem

entender os sistemas que tornam possíveis a elaboração das ideias que visam induzir a determinadas práticas sociais por meio de instrumentos legais. Nesse sentido, Saraceno e Naldini (2003) enfatizam que a família é objeto de regulação do Estado, seja direta ou indiretamente, e revelam que “[...] a intervenção do Estado na família data do nascimento do próprio Estado moderno” (SARACENO; NALDINI, 2003, p. 299). As autoras ainda reforçam que o Estado define padrões, distribui recursos, atribui direitos e deveres às famílias e às escolas.

Ball (2013b) também identifica esse movimento de reformulação do Estado e conclui que os serviços anteriormente realizados pelo Estado estão agora sendo feitos por várias outras organizações, como as parcerias público-privadas, o uso de consultores para pesquisa e avaliação das políticas, atividade filantrópica para financiar programas na área educacional, o fornecimento dos serviços por meio do setor voluntário e os empresários sociais trabalhando para tratar de problemas sociais. Dessa forma, “[...] novas vozes e interesses são representados no processo político, e novos nós de poder e influência são construídos e fortalecidos” (BALL, 2013b, p. 178). Um exemplo é o documento Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007) que, segundo Ferrarotto e Malavasi (2016, p. 236), incentiva a aproximação entre família-escola, mas apresenta a implementação de propostas do conjunto de empresas que compõem o Compromisso. Dessa maneira, eles vão construindo uma “[...] nova gramática e um novo léxico da vida organizacional e incutem um tipo particular de reflexividade” (BALL, 2014, p. 160). Uma reflexividade baseada na perspectiva de mercantilização, no qual a educação é uma mercadoria, a eficiência e a produtividade nas provas padronizadas definem a qualidade, a gestão da escola baseia-se no monitoramento e no gerenciamento das *performances* para se alcançar a eficiência, as famílias tornam-se fiscalizadoras e executoras de medidas definidas de fora para dentro e as relações escolas e famílias tornam-se hegemônicas. Diante desse cenário, estratégias de *marketing* entram em cena para reforçar as ideias de gerenciamento das *performances* para a eficiência.

Um exemplo é a cartilha *Acompanhem a vida escolar dos seus filhos* (Figura 5), um dos materiais de divulgação da Mobilização Social

pela Educação, criado um ano após o Compromisso Todos pela Educação.

Figura 5 - Cartilha *Acompanhem a vida escolar dos seus filhos – Como participar da vida escolar de seus filhos*



Fonte: Brasil (2014, n.p.).

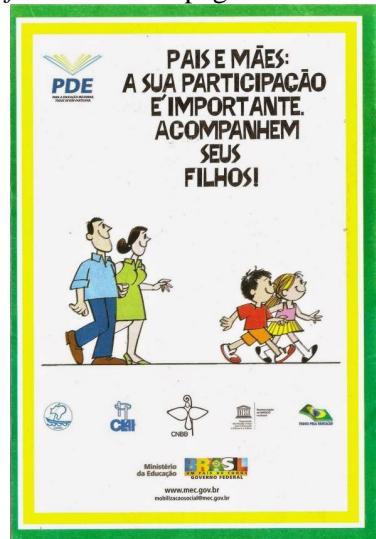
As relações entre escolas e famílias são apresentadas de forma simplista e reducionista: às famílias cabe visitar a escola, conversar com os professores perguntando como os filhos estão e pedindo orientação de como ajudá-los em casa, ler e responder bilhetes e comparecer às reuniões dando sua opinião.

Silva, P. (2003) enfatiza que essas são ações de uma dimensão individual, que engloba as atividades feitas por cada pai ou professor no âmbito da escolarização das crianças/filhos. Contudo, as relações entre escolas e famílias também devem favorecer as ações em uma dimensão coletiva, no qual a discussão, a construção e a atuação organizada sejam refletidas conjuntamente.

É importante destacar que a cartilha *Acompanhem a vida escolar dos seus filhos*, que enfatiza a dimensão individual das relações entre escolas e famílias, é um dispositivo que visa desenvolver determinadas relações em determinada direção. Como define Foucault (2015, p. 367), os dispositivos são “[...] estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentados por eles”. A cartilha que foi elaborada pelo Ministério da Educação, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Todos pela Educação, pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil, pelo Conselho Latino Americano de Igrejas e pela Conferência Nacional

de Bispos do Brasil, tem uma intenção estratégica. A seguir, na Figura 6, é possível conferir esses parceiros:

Figura 6 - Cartilha *Acompanhem a vida escolar dos seus filhos – última página*



Fonte: Brasil (2014, n.p.).

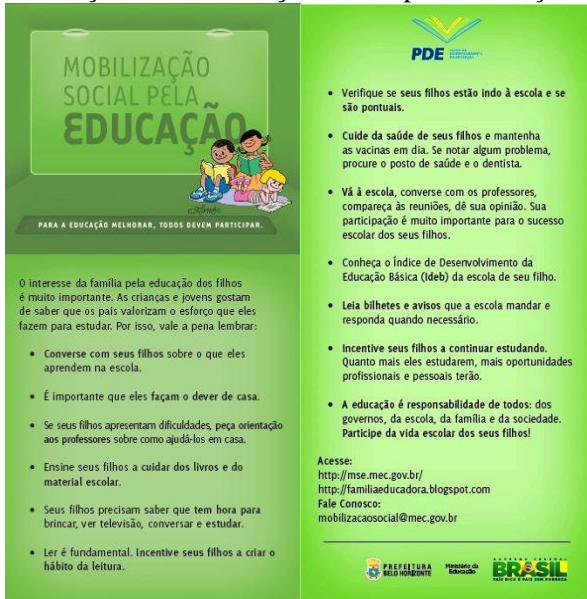
Além do material de divulgação, a cartilha oferece dicas para o cuidado com a educação dos filhos em casa e na escola. Na Figura 7 a seguir, podemos visualizar a capa da cartilha e algumas de suas orientações que se encontram na filipeta, apresentada na Figura 8.

Figura 7 - Capa da cartilha *Acompanhem a vida escolar dos seus filhos*



Fonte: Brasil (2014, n.p.).

Figura 8 - Filipeta do material de divulgação e orientação da Mobilização Social pela Educação



Fonte: Brasil (2015, n.p.).

O conteúdo que é apresentado na cartilha e na filipeta foi elaborado em conjunto pelo Ministério da Educação e pelas instituições parceiras da Mobilização Social pela Educação, conforme informações do próprio portal do Ministério da Educação⁴. Ball (2013b, p. 177) enfatiza que esse fato ilustra o movimento de “[...] modernização de serviços públicos, aparatos estaduais, arquitetura institucional global do Estado e suas escalas de operação”. Essa modernização reformula os limites entre Estado, economia e sociedade civil e faz com que novas redes e comunidades de políticas sejam estabelecidas conforme os discursos neoliberais e novos atores surjam nesse contexto (BALL, 2014).

As imagens da Figura 9 que segue ilustram a criação de condutas das relações entre escolas e famílias. Construídas nos guias da Educação em Família, todos pela Educação e Educar para Crescer

Figura 9 - Guia da Educação em família elaborado e divulgado pelo Todos pela Educação e Educar para Crescer



Fonte: Educar para crescer e Todos pela Educação.⁵

Contudo, como defendem Bernardi, Uczak e Rossi (2015), Shiroma, Garcia e Campos (2011) e Voss (2011), os parceiros relacionados anteriormente apresentam-se como uma iniciativa da sociedade civil, mas atuam como uma rede política com agentes sociais, intelectuais, empresas, instituições públicas e privadas e grupos de interesses heterogêneos articulados a partir de um discurso comum: educar os pais para exigir uma educação de qualidade e fiscalizar as ações da escola e do Estado. Observamos que um dos guias foi elaborado exclusivamente para os empresários: *O que você pode fazer pela educação da sua cidade – Ideias para você e sua empresa investirem na melhoria do ensino*⁶.

⁴ Disponível em: <<http://mse.mec.gov.br/index.php/70-destaque-principal/cartilha/163-cartilha>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁵ Disponível em:
<http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1203/guia-da-educacao-em-familia-para-pais-de-escola-publica/>. Acesso em: 17 fev. 2016.

⁶ Disponível em:
<http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/f6946586-9632-4c48-b58b-be4b1814a878.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016.

O movimento Todos pela Educação propõe que a iniciativa privada e as organizações sociais do Terceiro Setor atuem junto ao Estado no provimento da educação (BERNARDI; UCZAK; ROSSI, 2015). Esse movimento da iniciativa privada iniciou-se a partir da década de 1990, com a organização dos empresários em fóruns e com a produção de documentos que ressaltam o interesse deles na elaboração de uma agenda educacional voltada aos interesses privados do grande capital nacional e internacional (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011). A partir de então, os empresários começam a reivindicar uma educação de qualidade para todos, pois veem na educação um grande mercado. Dessa forma, como defende Ball (2014), as empresas, as Organizações não Governamentais (ONGs) e as agências multilaterais defendem que o Estado é incapaz de prover uma educação de qualidade e este necessita da intervenção da iniciativa privada. Ou seja, “[...] empreendimentos podem ter sucesso onde o Estado falhou” (BALL, 2014, p. 223).

O movimento Educar para Crescer também investe na divulgação de suas ideias a partir de atores da Rede Globo, como podemos observar na entrevista com Mateus Solano, na Figura 10:

Figura 10 - Educar para Crescer entrevista Mateus Solano sobre educação



Fonte: Educar para crescer.⁷

Para o ator, o sistema educacional é atrasado, sem qualidade e, na Figura 10,

observamos a condição da escola pública para os menos favorecidos quando Mateus Solano diz que “[...] pretendo matricular minha filha em uma escola pública. Acho importante a mistura entre crianças mais e menos favorecidas [...]”.

Segundo Bernardi, Uczak e Rossi (2015, p. 55), os empresários “[...] apropriam-se de parte do discurso da agenda positiva para a educação proveniente das lutas pela democratização e o mesclam com elementos gerenciais”. Dessa forma, identificamos os atores que formulam o imaginário em um processo de mobilização: governo, empresários, terceiro setor e igrejas.

Um imaginário que penetra nos corpos, nos gestos, nos comportamentos das pessoas (FOUCAULT, 2015). No movimento de Mobilização Social pela Educação, as pessoas fazem parte do campo de atuação, que são as famílias, as escolas e os Conselhos Escolares. As relações são fenômenos sociais construídos coletivamente e, como defende Foucault (2012), as práticas humanas, econômicas, técnicas, políticas, sociológicas servem de condição de formação para os sujeitos.

PARA FINALIZAR OU INICIAR

Diante da realidade apresentada nas duas teses mencionadas (SILVA, 2015; CASANOVA, 2017), Foucault (2010, 2014) ajuda-nos a entender que o poder, além de se estabelecer em espaços menores, nas relações mais estritas - definido pelo autor como micropoder -, também atua sobre um campo mais amplo, sobre a população, denominado biopolítica, entendida como uma grande estratégia de poder. Um poder que vem do Estado e carrega consigo um conjunto de procedimentos que tem como intuito dirigir a conduta dos homens, cuidar da vida da população.

Nesse campo de relações de poder e condução de condutas da população, Foucault (2010, p. 89) define que devemos entendê-las como “[...] estratégias que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”. Por meio das leis, que são mecanismos regularizadores (FOUCAULT, 2010), é que algumas condutas, ideias, discursos, estratégias e elementos são prescritos.

Dessa forma, as pesquisas apresentadas neste texto alertam que “[...] as grandes estratégias de poder se incrustam e encontram condições de exercício em microrrelações de poder”

⁷ Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/amigos-educar/mateus-solano-brasileiro-tivesse-educacao-qualidade-oportunidades-633972.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2016.

(FOUCAULT, 2015, p. 371). Apontam, também, que há sempre um movimento de retorno, pois a produção de relações de poder não se faz de cima para baixo. Assim, as estratégias que coordenam as relações de poder produzem efeitos novos e avançam sobre domínios que não estavam concernidos (FOUCAULT, 2015).

A mudança de ênfase e de expectativas sobre o setor educacional na ordenação neoliberal criou desafios completamente novos para os rumos da Educação Básica no Brasil. Um dos argumentos é que está cada vez mais difícil de entender os problemas da pós-modernidade com as ferramentas da modernidade. Tais subjetividades parecem que não podem ser fácil nem individualmente enfrentadas, pois um fluxo de documentos de organizações internacionais enfatiza a necessidade de mudanças radicais, no ensino e na aprendizagem, tanto no que tange aos professores em formação quanto nas relações entre escolas públicas e as comunidades espalhadas por todas as redes nacionais. Destacamos, também, que esse fenômeno ocorre com o apoio dos organismos internacionais e dos setores públicos, que legitimam tal situação, criando mecanismos de controle e de manutenção do sistema capitalista.

Nesse modelo, as grandes corporações educacionais comandam o mercado dando forma ao conteúdo educacional para atender às demandas de aprendizagem das avaliações em larga escala. Aqui o objetivo é a criação de novos nichos de mercado. Por conseguinte, a Educação tal como oferecida e praticada, sob as condições da modernidade, abre possibilidade de novos negócios quanto à produção de material didático, à assessoria às redes educacionais, à formação continuada, à aquisição de novas tecnologias educacionais etc.

É preciso entender que o Estado não pode mais ser visto como o fator chave para entender as políticas educacionais e o único contexto da produção do texto das políticas; há outras arenas de disputas compostas por diversos grupos de interesses. Essa é uma nova forma de governar, por meio da governança, ou de uma metagovernança traduzida em pluralidades e hierarquias que entrelaçadas e encontradas fortalecem os modos de coordenação prevalentes. Uma das suas principais características é o fato de esses organismos participantes da governança não funcionarem contra o Estado, mas por meio dele. E, por isso, é que vemos, por vezes, as pequenas

formas e grupos de resistência nem sempre terem argumentos para fortalecer seus discursos. Infelizmente, tornamo-nos produtos mensuráveis e, para alcançar as metas, modificamos currículos e submetemos nossos alunos a práticas pedagógicas massificadoras e homogeneizadoras. Quem são os afetados diretamente: professores, alunos pais e comunidade.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, n. 10, 1997. Disponível em: <<http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fAbrciocad%2010.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ANHANGUERA. **Pedagogia: Licenciatura**. 2015. Disponível em: <<https://www.anhanguera.com/bolsas-e-credito-estudantil/financiamento-estudantil/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

APPLE, M. W. Between traditions: Stephen Ball and the critical sociology of education. **London Review of Education**, v. 11, n. 3, p. 206-217, 2013.

_____. Mercados, estándares y desigualdad. Pueden las pedagogías críticas parar las políticas derechistas? **Revista de Educación**, Educación y futuro, n. Extraordinário, p. 223-248, 2002.

BALL, S. J. **Education Plc: private sector participation in public sector education**. London: Routledge, 2007.

_____. **Vozes/Redes Políticas e um currículo neoliberal global**. In: PEREIRA, M. Z. C. et al. Diferenças nas Políticas de Currículo. João Pessoa: UFPB, 2010. p. 21-45.

_____. A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. M. V. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013a. p. 33-47.

_____. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. **Sociologia da Educação: Uma análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013b. p. 177-189.

_____. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

_____. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p.10-32, jul./dez. 2006.

BAUMAN, Z. **Globalização**: As consequências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERNARDI, L. M.; UCZAK, L. H.; ROSSI, A. J. As relações do Estado com empresários nas políticas educacionais: PDE/PAR e guia de tecnologias educacionais. In: PERONI, V. M. V. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 52-71.

BRASIL. **Censo da Educação Superior**: 2015 – Resumo Técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

_____. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007b. Seção 1, n. 79, p. 5-6.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, n. 248, p. 27833-27841.

_____. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, n. 120-A, edição extra, p. 1-7.

_____. Ministério da Educação. **Materiais de mobilização**. 2015. Disponível em: <<http://mse.mec.gov.br/index.php/materiais-de-mobilizacao>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

BREJO, J. A. **Estudo comparativo das políticas nacionais de formação de professores da educação infantil no Brasil e na Argentina (1990-2010)**. 2012. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 2012.

BURBULES, N.; TORRES, C. A. **Globalização e Educação**: perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CASANOVA, L. V. **As relações escolas-famílias e a construção de um ideário**. 2017. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2017.

CARVALHO, C. H. A. de. Análise da política pública de expansão para a Educação Superior entre 1995 a 2010: Uma abordagem neo institucionalista histórica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 51-76, 2015.

CM CONSULTORIA. **Fusões e Aquisições** - Panorama 2007-2011. 2013. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/fusoesaquisicoes_geral.php>. Acesso em: 14 nov. 2013.

DALE, R.; ROBERTSON, S. Pesquisar a Educação em uma era globalizante. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 347-363, maio/ago. 2011.

FERRAROTO, L.; MARAVASI, M. M. S. A relação família-escola como alvo das atuais políticas educacionais: uma discussão necessária. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 26, n. 52, p. 232-246, maio/ago. 2016.

FOUCAULT, M. **Vigar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. Estratégia, Poder-Saber. In: DITOS, Manoel Barros da Motta. (Org.). Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. **Ditos e escritos, volume IV**: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. Não ao sexo rei. In: MACHADO, R. (Org.). **Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HADDAD, S.; GRACIANO, M. Educação direito universal ou mercado em expansão. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 67-77, jul./set. 2004.

KLEES, S. J. D.; EDWARDS JR., B. Privatização da educação experiências dos Estados Unidos e outros países. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p.11-29, jan./mar. 2015.

MAINARDES, J. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MANCEBO, D.; VALE A. A. do; MARTINS T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-49, jan./mar. 2015.

OLIVEIRA, R. P. de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PAIXÃO, A. G. da. **O direito ao Ensino Superior e o capital**: O caso Faculdade Anhanguera de Anápolis. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

_____. A privatização do público implicações para a democratização da Educação. In: PERONI, V. M. V. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da Educação**. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 9-32.

_____. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

RESENDE, T. de F.; SILVA, G. F. da. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 30-58, jan./mar. 2016.

ROBERTSON, S.; DALE, R. Critical cultural political economy of the globalisation of education. **Globalisation, Societies and Education**, v. 13, n. 1, p. 149-170, 2015.

SAMPAIO, H. Ensino Superior privado: inovação e reprodução no padrão de crescimento. Estudos. **ABMES - Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, Brasília, ano 27, n. 39, p. 45-58, dez. 2010.

_____. Educação e lucro. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n. 4, p. 28-43, out. 2011a.

_____. Setor privado de ensino superior no Brasil: o que mudou no século XXI? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. **Anais eletrônicos...Caxambu**: Hotel Glória, 2011b. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docm&an&task=doc_view&gid=8362&Itemid=353>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SARACENO, C.; NALDINI, M. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 2003.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDB**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SHIROMA, E. O. Networks in action: new actors and practices in education policy in Brazil. **Journal of Education Policy**, v. 29, n. 3, p. 323-348, 2014.

SHIROMA, E. O.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do Movimento Todos pela Educação. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 222-248.

SILVA, P. **Escola-família, uma relação armadilhada – Interculturalidade e relações de poder**. Porto: Afrontamento, 2003.

SILVA, S. C. V. da. **Mercantilização da formação de pedagogos no Brasil**. 2015. 159 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2017.

UNIASSELVI. **Processo seletivo 2015**. 2015. Disponível em: <<http://www.nead.com.br/hp-2.0/home/index.php>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. **Uniasselvi**. 2013. Disponível em: <<http://www.grupouniasselvi.com.br/Paginas/home.aspx>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

UNOPAR. **Portal do aluno**. 2013. Disponível em: <<http://www2.unopar.br/Paginas/home.aspx>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

VAILLANT, D. Atraer y retener buenos profesionales en la profesión docente: políticas en Latinoamérica. **Revista Educación**, n. 340, p. 117-140, 2006.

VERGER, A. **Regionalización de la educación superior y globalización económica**: El caso del proceso de Bologna. Universitat Autònoma de Barcelona, 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/6674875/Regionalizaci%C3%B3n_de_la_educaci%C3%B3n_superior_y_globalizaci%C3%B3n_econ%C3%B3mica_El_caso_del_proceso_de_Bologna>. Acesso em: 29 fev. 2015.

VOSS, D. M. da S. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 38, p. 43-67, jan./abr. 2011.